

Dirceu 'teria persistido' em propina mesmo após deixar o governo, diz juiz

Dirceu 'teria persistido' em propina mesmo após deixar o governo, diz juiz

Em despacho, Sérgio Moro justificou o pedido de prisão do ex-ministro.

Dirceu foi preso em Brasília na manhã desta segunda-feira (3).

O juiz federal Sérgio Moro, responsável pela Operação Lava Jato na primeira instância, escreveu no despacho de prisão de José Dirceu que o ex-ministro "teria insistido" em receber dinheiro de propina em contratos da Petrobras mesmo após ter deixado o governo, em 2005.

Dirceu foi preso na manhã desta segunda-feira (3), em Brasília, na 17ª fase da operação, deflagrada pela Polícia Federal. Ele deve ser levado na parte da tarde para a superintendência em Curitiba.

José Dirceu teria persistido em receber sua parcela, mesmo depois de ter deixado o cargo de Ministro da Casa Civil.

Confirmaram o pagamento de propina do esquema criminoso da Petrobras a José Dirceu o já referido intermediador de propinas Júlio Gerin de Almeida Camargo (processo 5073441-38.2014.4.04.7000) e outro intermediador do pagamento de propinas, Milton Pascowitch, este também em acordo de colaboração premiada (processo 5030136-67.2015.404.7000).

Júlio Gerin de Almeida Camargo revelou o fato em depoimento prestado a este Juízo em audiência de 21/07/2015 na ação penal 5012331-04.2015.4.04.7000. Declarou na ocasião que teria repassado cerca de quatro milhões de reais da parcela de propina destinada à Diretoria de Serviços da Petrobras a José Dirceu. Não entrou em detalhes na ocasião.

Trecho do despacho em que Moro solicita a prisão do ex-ministro José Dirceu (Foto: Reprodução)

Trecho do despacho em que Moro solicita a prisão do ex-ministro José Dirceu (Foto: Reprodução)

No pedido de prisão, Moro afirma que as provas levantadas até agora na Lava Jato apontam que o ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque, também investigado, foi indicado para o cargo por influência de Dirceu. Uma das diretorias da estatal em que havia pagamento de propinas, segundo as investigações, era a de Serviços.

“As provas até o momento colhidas revelam que Renato de Souza Duque, o ex-diretor de Serviços e Engenharia da Petrobras, teria sido nomeado ao seu posto por influência de José Dirceu e de associados deste e que, na divisão dos valores de propina dirigidos à Diretora de Serviços e Engenharia, parte caberia a José Dirceu e ao seu grupo. José Dirceu teria persistido em receber sua parcela, mesmo depois de ter deixado o cargo de Ministro da Casa Civil”, escreveu Moro no despacho.

Segundo o juiz, os pagamentos a Dirceu foram confirmados por dois suspeitos de intermediar a propina no esquema: Júlio Camargo, executivo da Toyo Setal, e o lobista Milton Pascowitch. Ambos firmaram acordo de delação premiada para contar o que sabem em troca de abrandamento de eventuais penas.

Moro escreveu que, em um dos depoimentos, Camargo afirmou que repassou cerca de quatro milhões de reais da parcela de propina destinada à Diretoria de Serviços da Petrobras a José Dirceu. De acordo com o juiz, o delator não deu mais detalhes nessa ocasião.

Já Pascowitch, segundo relatou Moro, disse que intermediava o pagamento de propinas da empresa Engevix Engenharia à diretoria de Serviços. Pascowitch disse ainda, segundo o juiz, que intermediava também propina em contratos das empresas Hope (de recursos humanos, que presta serviços à Petrobras) e Personal (terceiriza que faz serviços de limpeza

para a estatal). No relato, Pascowitch afirmou que, em propinas dessas duas empresas, o grupo de Dirceu ganhava entre R\$ 500 mil e R\$ 800 mil mensais. O ex-ministro, ainda segundo Pascowitch, autorizou que R\$ 30 mil fossem para seu irmão, Luís Eduardo de Oliveira e Silva, também preso nesta segunda.

Moro disse também que os depoimentos de Pascowitch indicam repasses do dinheiro de propina para o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto, preso em abril na Lava Jato.

Segundo o juiz, Pascowitch apresentou “extensa documentação” sobre propina paga a Dirceu. Como exemplo, o juiz citou comprovantes de pagamentos de R\$ 1 milhão, pela Jamp Engenheiros (empresa de Pascowitch) à empresa JD Assessoria e Consultoria, de José Dirceu de Oliveira, por um serviço de consultoria em 2011 que não foi prestado, de acordo com as investigações.

Moro também cita o comprovante de pagamento por Milton Pascowitch da reforma de um imóvel em Vinhedo para utilização de Dirceu. O valor foi de pouco mais de R\$ 1 milhão.

Camila Bomfim Da TV Globo, em Brasília

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981171217 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) (093) 35281839 E-mail:folhadoprogreso@folhadoprogreso.com.br